

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980**

Define a situação jurídica do estrangeiro no  
Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração,  
e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

TÍTULO II  
DA ADMISSÃO, ENTRADA E IMPEDIMENTO

CAPÍTULO I  
DA ADMISSÃO

Art. 13. O visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir  
ao Brasil:

I - em viagem cultural ou em missão de estudos;

II - em viagem de negócios;

III - na condição de artista ou desportista;

IV - na condição de estudante;

V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria,  
sob o regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro;

VI - na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência  
noticiosa estrangeira; e

VII - na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de  
vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.

Art. 14. O prazo de estada no Brasil, nos casos dos itens II e III do artigo 13, será  
de até noventa dias; no caso do inciso VII, de até um ano e, nos demais, salvo o disposto no  
parágrafo único deste artigo, o correspondente à duração da missão, do contrato, ou da  
prestação de serviços, comprovada perante a autoridade consular, observado o disposto na  
legislação trabalhista.

Parágrafo único. No caso do item IV do artigo 13 o prazo será de até um ano,  
prorrogável, quando for o caso, mediante prova do aproveitamento escolar e da matrícula.

Art. 15. Ao estrangeiro referido nos itens III ou V do artigo 13 só se concederá o  
visto se satisfizer as exigências especiais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração  
e for parte em contrato de trabalho visado pelo Ministério do Trabalho, salvo no caso de  
comprovada prestação de serviço ao Governo brasileiro.